

# 1 INTRODUÇÃO

No final de 2015, foi-me encomendada a tradução de um livro de contos sufis. A editora Tabla, que detinha os direitos sobre a obra, estava engajada em um ambicioso projeto de tradução de livros sufis. Para a empreitada, foi formado um grupo de jovens tradutores com mais ou menos experiência profissional em tradução, com um bom domínio dos idiomas de partida e de chegada, e com um algum conhecimento sobre essa filosofia. O sufismo<sup>1</sup>, como qualquer outro núcleo cultural, possui seu próprio jargão. Algumas palavras-chave devem ser traduzidas de forma específica, outras não devem ser traduzidas. O grupo de tradutores engajados no projeto tinha em comum um conhecimento introjetado dessa linguagem, compartilhavam todos uma educação em *como* esses textos deviam ser lidos e interpretados.

A obra atribuída a mim era composta por uma seleção de contos. Apesar da versão em inglês (o “original”) ter sido publicada em 1978, em Londres, e ter sido escrita por um autor com ascendência em parte escocesa<sup>2</sup>, os contos narrados são histórias tradicionais sufis. Ainda que não se possa com segurança afirmar a que data remontam tais narrativas, pode-se arriscar dizer que datam de pelo menos alguns séculos atrás. Para o sufismo, os contos são ferramentas didáticas, que libertam o ser humano do padrão de obediência automática inculcado pelo medo e pela recompensa, ao qual estamos condicionados. As narrativas devem ser tomadas tais como são, uma vez que operam em diversos níveis de consciência. Elas funcionariam como ferramentas para a transmissão de um conhecimento superior, inacessível pelas vias racionais. Por isso, a história deve ser “experienciada”, em vez de discutida.

Por conhecer esse preceito sufi, sobre a forma como tais histórias devem ser *lidas*, me engajei em um projeto tradutório “fiel”, e “literal”. Busquei me posicionar de forma alheia ao texto, sem cogitar inserir elementos paratextuais. Certos contos não possuem uma lógica clara, muitos trabalham com a quebra de expectativa. Essa

---

<sup>1</sup> “O Sufismo é uma tradição secular de conhecimento. Através dos grandes mestres, formulou um ensinamento adequado ao tempo, lugar e pessoas a quem se destina, e o faz por intermédio de materiais e métodos específicos. Entre os materiais mais importantes desta tradição estão as chamadas ‘histórias de ensinamento’, que dão forma e transmitem um conhecimento que de outra maneira não poderia ser expresso.” (SUFISMO, no ocidente. [orelha])

<sup>2</sup> Idries Shah nasceu na Índia britânica, em 1924, e também tinha ascendência indiana e afegã. Mudou-se para o Reino Unido ainda na infância.

estrutura pouco linear e surpreendente deveria ser transposta para o texto de chegada. Apesar de estar familiarizada com a leitura de textos sufis, a minha primeira experiência com a tradução desse conteúdo mudou profundamente a forma de entendê-los.

Tornei-me tradutora por acaso. Meu interesse por línguas, livros, culturas, não bastou para que eu percebesse que havia, nesse ofício, um universo de possibilidades. Os clientes encomendavam-me traduções talvez sem entender com clareza as desvantagens de um leigo. E eu aceitava os pequenos desafios, sem entender com clareza a responsabilidade envolvida. Não faltavam trabalhos. Mas o tempo pouco me ajudava a entender de forma um pouco menos superficial as implicações daquela atividade de onde eu tirava – e ainda tiro – meu sustento. Quais textos devo aceitar, quais devo rejeitar? Devo comunicar a alguém as inadequações do texto? Inadequações essas que não se limitavam a erros factuais, mas também a elementos que fariam sentido em outros contextos, mas não naquele. Devo tentar manter no texto toda sua estranheza ou, ao contrário, devo eliminar as farpas e suavizar a experiência do leitor?

Busquei respostas para essas perguntas com meus colegas, atuantes no mercado. Mas as respostas me pareciam simples demais, prescritivas demais. Na tentativa de situar teoricamente a prática, de poder ouvir um pouco do que vinha sendo discutido até então sobre o tema, ingressei na Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Este trabalho é uma decorrência dessa investigação, e suas especificidades foram motivadas por um momento em que questionamentos profissionais conjugaram-se com discussões em sala de aula, gerando o que viria a ser a semente desta dissertação.

Ao lermos um texto, temos talvez a opção de apreciá-lo meramente como objeto estético, evitando nos aprofundar em questionamentos tais como “o que o autor quis dizer”, ou “o que significa isso exatamente”. Ao traduzir, porém, esse tipo de recepção torna-se um tanto mais difícil, uma vez que precisamos utilizar nossas próprias palavras para representar o que foi dito. Esse exercício de transposição pressupõe um entendimento o menos superficial possível do texto. E foi durante o processo de tradução dessa obra específica que percebi algo evidente, mas para o qual nunca tinha atentado, enquanto leitora desse tipo de literatura: a desigualdade flagrante nas representações das personagens masculinas e femininas.

O livro que traduzi, *Uma gazela velada* (SHAH, 2016 (1979)), é composto por um total de 38 contos. Desses contos, um é protagonizado por um rato, outro por um cavalo, um terceiro por uma raposa. Os outros 35 contos são protagonizados por homens. Se levarmos em conta que o rato, o cavalo e a raposa são do sexo masculino, podemos dizer que todo o protagonismo do livro é inteiramente reservado a eles. Em oito dessas histórias, apenas, aparecem personagens femininas. Ainda assim, ao passo que os homens possuem personalidades (boas ou não), as mulheres são sempre representadas como esposas, noivas, filhas ou, na falta desses postos, como pérfidas, burras e fofoqueiras.

Vejam alguns dos personagens masculinos: “Three young men, each having heard of the great sanctity and wonders wrought by the Sufi master Kilidi, chanced to meet on their way to his dwelling-place” (p.5), “Once upon a time there was a Sufi who had decided to take up his abode in a certain city” (p.10), “There was once a man (...) who had been prevailed upon to lend some money” (p.14), “One of the prominent Sufis of Central Asia was examining candidates who wanted to become disciples” (p.25), etc. Como vemos, os homens *decidem*, *assumem* riscos, *emprestam* dinheiro. Os homens fazem coisas, são *agentes*. Muitas vezes, são representados como fonte de sabedoria e autoridade: “I am a man of much experience in occult, spiritual and similar matters”(p.19), “a wise man” (p.23), “a man of great importance” (p.32), “the owner of huge tracts of land and master of a hundred of castles” (p.45), “There was once a boy named Haidar Ali Jan, whose tutor was a wise old dervish. His father sent him everyday to the house of the dervish, who knew almost everything.” (p.55). E o mundo, como um todo, é apresentado abertamente como o território dos homens: “Under such circumstances, how could a people make any progress towards the true destiny of man?” (p.13) “You are as bad as the charlatans who pretend that a single exercise, if persevered in, can be applied to all men.” (p.55)

Vejam agora algumas das representações femininas: “a woman grooming a beautiful and well-kept donkey” (p.18) vende o burrinho inútil a um aprendiz de dervixe desavisado, ao ver um bebê abandonado “[a] woman passing nearby” (p.33) o acolhe e cria como seu próprio filho, “his wife Gulbadan was becoming more and more curious about what he was doing” e, por isso, compartilha o segredo do marido com a serva que, por sua vez, também não sabe guardar o segredo e conta-o para o filho (p.46 e 47); “a woman who was so stupid that she believed him when he said he would pay her for her service” (p.94). Como vemos, as mulheres, além de serem

representadas invariavelmente como personagens coadjuvantes, raramente *fazem* algo. As mulheres são esposas, filhas, mães. São fofoqueiras, curiosas, submissas, burras e pouco confiáveis.

A misoginia da obra, junto com outros aspectos que claramente a situam como objeto cultural de outro tempo e/ou lugar (como a defesa implícita da pena de morte, ou da tirania dos governantes), criaram um certo desconforto em mim. Por estar cumprindo o papel de traduzi-la de algum modo eu me sentia responsável por aquele objeto cultural final. Faltavam-me recursos teóricos para pensar com clareza as diferentes possibilidades que se apresentavam para mim naquela situação. Optei por não discutir a questão com a editora, ainda que eu provavelmente tivesse abertura para tal (hoje, talvez agisse diferente).

Por volta da mesma época, graças ao meu recente contato acadêmico com os Estudos da Tradução, tomei conhecimento do movimento de tradução feminista. Mais especificamente, conheci o projeto de Suzanne de Lotbinière-Harwood, que identifica sua experiência de traduzir a poesia machista de Lucien Francoeur como o estopim que a levou a adotar uma agenda feminista de tradução. A tradutora canadense identificava-se com Francoeur, e com “the nationalist rebellion against the imperialism of the English language” (SIMON, 1996, p.29)

lucien & moi, nous sommes québécois. From opposite sides of the track, we met through rock & roll. the american dream, we are the pepsi generation, wired for sound and vision, we are the white niggers of america, rock is our culture, elvis, jerry lee, eddy, hank, gene, roy, johnny, black roots/red-hot rhythm, stopped anapestic: magnetic, marginal, subversive, rebel music, urban guerilla music. Historically, we ARE that. (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1995 (1981), p.55)

Apesar dessa profunda identificação com o poeta, Lotbinière-Harwood afirma ter se sentido extremamente desconfortável em ser obrigada a “speak in the masculine... as if the only speaking place available, and the only audience possible, were male-bodied” (LOTBINIÈRE-HARWOOD *apud* SIMON, p.30). Influenciada pela discussão feminista que se desenvolvia no Canadá, que chamava a atenção para a representação misógina do feminino na linguagem, a tradutora opta por deixar de lado sua identificação com o espírito *rock and roll*, resistente ao imperialismo de Francoeur, para afiliar-se primordialmente ao espírito da *sister-hood*. Esse novo posicionamento a leva a se sentir “increasingly authorized (or, in her vocabulary,

authorized) to valorize the signs of the feminine in the translated text – even if it involves some infractions to normative grammar.” (SIMON, p.30)

Por notar que “dans la perception du dominant, cette langue des femmes n’est que bavardage, jasette, potin, et ce langage non verbal exprime la passivité, l’hystérie, etc. L’une comme l’autre ne figurent que péjorativement dans les codes socio-culturels masculins (...)” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1991, p.13), a tradutora desenvolve a *écriture au féminin*, que se apresenta “comme une activité politique visant à faire apparaître et vivre les femmes dans la langue et dans le monde” (*Ibidem*, p.12).

Assim como eu, que tinha a admiração pela filosofia sufi como uma traço da minha personalidade, Lotbinière-Harwood passa a questionar elementos de uma linha de pensamento com a qual antes se identificava. Em nós duas, esse questionamento foi motivado por uma tomada de consciência da representação feminina na linguagem. Diferentemente de mim, porém, o incômodo de Lotbinière-Harwood com a linguagem misógina a leva a buscar preservar de algum modo a sua sensibilidade feminista, e a alterar trechos do texto, utilizando “language as shock tactics” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1995 (1981), p.57) e reconhecendo que, desse modo, passava a adotar uma “heretical position. And a perilous one, for I am constantly crossing the borders of political correctness, perhaps giving credence to the notion of the translator as a traitor!” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1995 (1990), p.59) Como ilustra FLOTOW (1991, p.79):

By making the feminine seen and heard in her translation, de Lotbinière-Harwood deliberately contravenes conventional translation practice of being see-through and silent. Her strategies include using the word Québécois-e-s wherever the generic Québécois occurred in the original — a source-language feminization tactic which she explains in her preface. She avoids other male generic terms in English although they appear in French, i.e. "la victoire de l'homme" becomes "our victory [...] over the elements"; she puts the female element first in expressions like "women and men," "her or his," and uses inverted quotation marks to emphasize some of the absurdities of conventional English, for example, the reference to women as "masters" of the kitchen.

Após refletir sobre como lidar com o teor do texto que me fora atribuído, decidi manter o mais evidente possível a exclusão das mulheres daquele universo simbólico. Desse modo, traduzi o trecho “destiny of man” (SHAH, p.13) por “destino dos homens”; e “applied to all men” (*Ibidem*, p.55) como “aplicado a todos os

homens<sup>3</sup>”. No meu modo de ver, aquelas narrativas pertenciam a outro tempo, um tempo em que as mulheres não eram vistas em pé de igualdade com os homens, em que a divisão do trabalho era bem definida, em que todo o poder, toda a ação e toda a fala eram atribuídas aos homens. No meu modo de ver, cabia a mim, enquanto tradutora, representar o tempo tal como foi, na medida do possível. Não só por achar que os modos de existir se transformam, e fazem sentido para povos diferentes e em momentos diferentes; mas também por acreditar que se havia algo de injusto na forma de participação social das mulheres naquele tempo, e se nossa sociedade é até hoje resultado dessas desigualdades, como então elaborar ou até remediar essa disparidade se não mantendo-as evidentes, estampadas no livro, flagrantes? A pretensão de salvar o autor de si mesmo, ou de julgar o leitor inapto a interpretar por si só o teor daquela narrativa, pareceu-me um tanto arrogante. E mais, preservar a minha “sensibilidade feminina” alterando o texto me soava uma opção ineficaz. Devia haver formas mais corajosas e produtivas de lidar com discursos que nos ofendem sem que fosse necessário passar a borracha no manuscrito alheio.

Esse conflito motivou-me a tentar entender o contexto em que as opções tradutórias de Lotbinière-Harwood se fizeram úteis, legítimas e aclamadas, até. Durante o percurso, ficou claro que mesmo uma tradutora feminista convicta como ela entende que “it is a feminist translator’s ethical responsibility to inform her employers, editors, etc., that her practice utilizes nonsexist language **before** she signs a contract or start a job” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1991, p.166), e que

le degré d’infidélité varie selon le contexte, et le contexte détermine les stratégies. (...) Celle que vit de sa pratique de traduction doit savoir doser ses stratégies de féminisation en s’adaptant à ce que j’appelle le ‘seuil de tolérance’ de l’employeur-e ou de la maison d’édition, et en tenant compte du lectorat ou du marché visé. C’est une question d’éthique professionnelle et de survie. (*Ibidem*, p.30-31)

Os próximos capítulos são resultado dessa pesquisa, que buscou responder a seguinte questão: qual a postura mais ética a adotar ao traduzir um texto ideologicamente divergente das convicções do tradutor? A discussão foi baseada, sobretudo, no movimento de tradução feminista, amplamente discutido no âmbito dos Estudos da Tradução. Ainda assim, acredito que a reflexão pode se fazer útil para

---

<sup>3</sup> Durante a elaboração desta pesquisa, verifiquei que essa opção foi alterada na versão final, tendo sido publicada como “aplicado a todas as pessoas”.

diferentes casos em que tal incompatibilidade ideológica é identificada, e quando urge ao tradutor fazer escolhas éticas, que levem em consideração seu poder de agentividade e as diversas consequências da sua atuação profissional.

De modo a embasar teoricamente o trabalho, o segundo capítulo traça um breve histórico das teorias relativistas, com o objetivo esclarecer o contexto em que as propostas pós-estruturalistas tornaram-se a principal influência na forma de se pensar o ofício tradutório. Além disso, no mesmo capítulo, discuto em que medida alguma forma de objetividade na prática tradutória é possível, uma vez verificada a instabilidade dos signos linguísticos e a pluralidade dos contextos e pontos de vista.

O terceiro capítulo é dividido em duas partes. Na primeira parte, traço um breve histórico da evolução das ideias feministas no campo da tradução, um movimento que tomou força no Canadá no final da década de 1970. Procuo demonstrar o contexto específico em que esse movimento se desenvolveu, as motivações das tradutoras, e as estratégias utilizadas na intervenção no texto. Na segunda parte, apresento a forma como o movimento de tradução feminista canadense influenciou a prática e a teoria da tradução em outros países. Essa análise, baseada em estudos de caso e trabalhos de outros pesquisadores, não se pretende de modo algum exaustiva; busca apenas ser uma amostra de alguns exemplos disponíveis sobre a questão.

No quarto capítulo, discuto as questões éticas envolvidas na intervenção ideológica deliberada do tradutor no texto. Como lidar com textos ideologicamente contrários a nossa forma de ver o mundo? Quais estratégias são aceitáveis do ponto de vista ético? Como esse arcabouço teórico pode nos ajudar a pensar as questões apresentadas anteriormente? Para isso, tomo como base o trabalho de alguns dos principais teóricos da área, tal como Antoine Berman, Anthony Pym, Lawrence Venuti e Barbara Godard.

Ainda que a pesquisa não apresente nenhuma solução definitiva para qual seria a postura mais ética a ser adotada ao traduzir textos ideologicamente divergentes, espero que, ao final da leitura, o tradutor tenha à mão mais ferramentas para elaborar a questão. O caminho para a valorização do ofício tradutório passa necessariamente por uma tomada de consciência da responsabilidade inerente à prática. Mesmo transitório, instável e indissociável das condições específicas de cada tradução, o posicionamento ético é um horizonte benéfico a ser perseguido. Espero que essa breve pesquisa seja tão útil para os tradutores, ou futuros tradutores, quanto foi para mim, já que apenas ao entendermos a relevância e o impacto da nossa prática que podemos pretender adotar uma postura ética.